



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

24/11/2014 ATÉ 24/11/2014



INDÍCE

1	BLOG DO DJALMA RODRIGUES	
	1.1 VARA CRIMINAL.....	1
2	BLOG DO MINARD	
	2.1 DECISÕES.....	2
3	BLOG LUÍS CARDOSO	
	3.1 DECISÕES.....	3
4	BLOG MARCO DEÇA	
	4.1 SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	4
5	BLOG MÁRIO CARVALHO	
	5.1 DECISÕES.....	5
6	IMIRANTE.COM	
	6.1 CURSOS.....	6
7	O IMPARCIAL ONLINE	
	7.1 DECISÕES.....	7
	7.2 FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	8
	7.3 VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	9
8	SITE 180 GRAUS	
	8.1 EXECUÇÕES PENAIS.....	10
	8.2 SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	11
9	SITE CONSULTOR JURÍDICO (CONJUR)	
	9.1 EXECUÇÕES PENAIS.....	12
	9.2 PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE.....	13
10	SITE JORNAL PEQUENO	
	10.1 OBRAS / REFORMAS.....	14
11	SITE JUSBRASIL	
	11.1 OBRAS / REFORMAS.....	15
	11.2 SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	16
12	SITE TV GUARÁ.COM	
	12.1 DECISÕES.....	17

MP, Polícia e Judiciário em cruzada contra corrupção

Representantes dos órgãos envolvidos no projeto|

Membros do Ministério Público, delegados e juízes participaram, na sexta-feira, 21, durante todo o dia, no Hotel Luzeiros, do 2º Encontro Operacional Criminal: mecanismos atuais de combate ao crime organizado no sistema prisional, organizado pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão.

Participaram da mesa solene dos trabalhos a procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, o desembargador Ribamar Castro, que representou a presidente do Tribunal de Justiça, Cleonice Freire, a delegada-geral da Polícia Civil, Maria Cristina Menezes, o coordenador do Gaeco, promotor de justiça Marco Aurélio Rodrigues, a diretora da Escola Superior do Ministério Público, Ana Teresa Freitas, o presidente da Associação do Ministério Público (Ampem), José Augusto Cutrim Gomes, e os palestrantes do encontro: o delegado-geral adjunto da Polícia Civil do Maranhão, Augusto Barros, o promotor de justiça João Santa Terra Júnior, integrante do Gaeco de São Paulo, e o juiz da 5ª Vara Criminal de São José do Rio Preto-SP, Caio César Melluso.

Na abertura do evento, a procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, ressaltou a importância da união de todas as instituições de justiça no combate ao crime organizado existente dentro do sistema prisional. "É necessário que sejam efetivamente contidos os atos que emanam dessas organizações. E isso tem de ser concretizado em curto espaço de tempo", afirmou.

Regina Rocha declarou, ainda, acreditar na eficácia de encontros como este para a troca de experiências e informações. "Que aqui sejam definidas estratégias eficientes de intercâmbio entre os órgãos para que tenham sempre o mesmo nível de conhecimento sobre os estágios e as práticas das organizações criminosas e assim possam operar de forma cooperativa".

AÇÃO INTEGRADA

O coordenador do Gaeco, promotor de justiça Marco Aurélio Rodrigues, enfatizou a necessidade de ação integrada das instituições. "Juntos podemos minimizar os efeitos danosos das organizações criminosas. Precisamos nos sensibilizar para garantir a paz tanto nos palácios como nas periferias", defendeu.

Na programação do encontro, o delegado-geral adjunto da Polícia Civil do Maranhão, Augusto Barros, proferiu a palestra "O trabalho de inteligência da Polícia Civil do Maranhão no combate às organizações criminosas". Ele apresentou dados, sobretudo, da atuação policial, algumas vezes em parceria com o Ministério Público, contra as quadrilhas de assaltantes de bancos.

Barros garantiu que, apesar de escassos os recursos destinados à Polícia Civil, os investimentos ocorridos nos últimos anos contribuíram para a redução da prática criminosa. Ressaltou, neste aspecto, a importância das técnicas operacionais de inteligência.

INVESTIGAÇÃO PELO MP

Ainda pela manhã, o promotor de justiça João Santa Terra Júnior, integrante do Gaeco de São Paulo, explanou sobre "A Investigação Criminal pelo Ministério Público no Combate à Criminalidade Organizada". Foram relacionadas as principais facções criminosas com atuação nos presídios paulistas, algumas com ramificações no país inteiro, como o PCC (Primeiro Comando da Capital). Ele revelou números que demonstram que em São Paulo a criminalidade dentro dos presídios é muito expressiva.

Santa Terra também defendeu o intercâmbio entre Ministério Público, Judiciário, Polícias Civil e Militar para o combate às organizações criminosas.

À tarde, o juiz de direito da 5ª Vara Criminal de São José do Rio Preto-SP, Caio César Melluso, abordou "O papel do juiz criminal no enfrentamento às organizações criminosas". O evento foi encerrado com a apresentação das conclusões de todos os palestrantes.

Justiça determina intervenção em Cantanhede por descumprimento de ordem judicial

Prefeito de Cantanhede

Em sessão das Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), os desembargadores decidiram pela intervenção do Estado no município de Cantanhede, em razão de descumprimento de ordem judicial, mas sem afastamento do prefeito do cargo. O interventor a ser nomeado pela governadora do Estado terá o objetivo específico de reintegrar uma servidora ao seu cargo, ato descumprido pela administração municipal.

A sessão foi a primeira do desembargador José de Ribamar Castro no cargo. O novo membro do TJMA agradeceu à saudação de boas-vindas feita pelo presidente das Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas, desembargador Jorge Rachid, e elogiou os colegas da Corte. "Eu tenho a impressão que vou aprender muito mais, já que chego aqui como aprendiz", disse Castro.

A relatora da representação contra o município de Cantanhede, desembargadora Angela Salazar, teve o mesmo entendimento do parecer da Procuradoria Geral da Justiça, pela procedência da intervenção, tendo sido acompanhada no voto pelos demais magistrados.

Angela Salazar citou jurisprudências do Superior Tribunal de Justiça e do próprio TJMA, que demonstram o cabimento da intervenção em situações análogas.

A representação formulada pelo Juízo da comarca de Cantanhede se baseou no descumprimento da decisão que concedeu tutela antecipada, em mandado de segurança, determinando a reintegração imediata da servidora ao cargo de auxiliar de biblioteca.

Ao consultar o sistema de acompanhamento processual do Tribunal, a relatora verificou não haver notícia, na sentença, de que a decisão tenha sido cumprida, o que, segundo ela, configurou o nítido desrespeito do representado para com o Poder Judiciário.

A desembargadora determinou ainda que a decisão seja comunicada à governadora do Estado, para que baixe o decreto interventivo correspondente, nos termos do artigo 64, inciso VI, da Constituição Estadual. (Processo nº 425802013)

TJMA determina intervenção no município de Cantanhede

Prefeito de Cantanhede, José Martinho dos Santos Barros, conhecido como ?Kabão?, permanece no cargo|

Em sessão das Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), os desembargadores decidiram pela intervenção do Estado no município de Cantanhede, em razão de descumprimento de ordem judicial, mas sem afastamento do prefeito José Martinho dos Santos do cargo. O interventor a ser nomeado pela governadora do Estado terá o objetivo específico de reintegrar uma servidora ao seu cargo, ato descumprido pela administração municipal.

A sessão foi a primeira do desembargador José de Ribamar Castro no cargo. O novo membro do TJMA agradeceu à saudação de boas-vindas feita pelo presidente das Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas, desembargador Jorge Rachid, e elogiou os colegas da Corte. "Eu tenho a impressão que vou aprender muito mais, já que chego aqui como aprendiz", disse Castro.

A relatora da representação contra o município de Cantanhede, desembargadora Angela Salazar, teve o mesmo entendimento do parecer da Procuradoria Geral da Justiça, pela procedência da intervenção, tendo sido acompanhada no voto pelos demais magistrados.

Angela Salazar citou jurisprudências do Superior Tribunal de Justiça e do próprio TJMA, que demonstram o cabimento da intervenção em situações análogas.

A representação formulada pelo Juízo da comarca de Cantanhede se baseou no descumprimento da decisão que concedeu tutela antecipada, em mandado de segurança, determinando a reintegração imediata da servidora ao cargo de auxiliar de biblioteca.

Ao consultar o sistema de acompanhamento processual do Tribunal, a relatora verificou não haver notícia, na sentença, de que a decisão tenha sido cumprida, o que, segundo ela, configurou o nítido desrespeito do representado para com o Poder Judiciário.

A desembargadora determinou ainda que a decisão seja comunicada à governadora do Estado, para que baixe o decreto interventivo correspondente, nos termos do artigo 64, inciso VI, da Constituição Estadual. (Processo nº 425802013)

As informações são do TJMA

Imagem do dia: Nelma Sarney abre Semana da Conciliação do TJ..

"Este é um evento que se fortalece a cada ano e que se constitui como um marco na luta pela promoção da paz social, por meio do empoderamento dos cidadãos para resolver suas lides". Com esta afirmação a corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, abriu os trabalhos da Semana Nacional da Conciliação na manhã desta segunda-feira (24) no Campus da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).|

Imagem do dia: Nelma Sarney abre Semana da Conciliação do TJ..

seg, 24/11/14 por Marco D'Eça às 18:30h

Judiciário determina intervenção em Cantanhede

Em sessão das Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), os desembargadores decidiram pela intervenção do Estado no município de Cantanhede, em razão de descumprimento de ordem judicial, mas sem afastamento do prefeito do cargo.

O interventor a ser nomeado pela governadora do Estado terá o objetivo específico de reintegrar uma servidora ao seu cargo, ato descumprido pela administração municipal.

A sessão foi a primeira do desembargador José de Ribamar Castro no cargo. O novo membro do TJMA agradeceu à saudação de boas-vindas feita pelo presidente das Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas, desembargador Jorge Rachid, e elogiou os colegas da Corte. "Eu tenho a impressão que vou aprender muito mais, já que chego aqui como aprendiz", disse Castro.

A relatora da representação contra o município de Cantanhede, desembargadora Angela Salazar, teve o mesmo entendimento do parecer da Procuradoria Geral da Justiça, pela procedência da intervenção, tendo sido acompanhada no voto pelos demais magistrados.

Angela Salazar citou jurisprudências do Superior Tribunal de Justiça e do próprio TJMA, que demonstram o cabimento da intervenção em situações análogas.

A representação formulada pelo Juízo da comarca de Cantanhede se baseou no descumprimento da decisão que concedeu tutela antecipada, em mandado de segurança, determinando a reintegração imediata da servidora ao cargo de auxiliar de biblioteca.

Ao consultar o sistema de acompanhamento processual do Tribunal, a relatora verificou não haver notícia, na sentença, de que a decisão tenha sido cumprida, o que, segundo ela, configurou o nítido desrespeito do representado para com o Poder Judiciário.

A desembargadora determinou ainda que a decisão seja comunicada à governadora do Estado, para que baixe o decreto interventivo correspondente, nos termos do artigo 64, inciso VI, da Constituição Estadual. (Processo nº 425802013)

Curso de segurança pública é oferecido para magistrados

A confirmação deverá ser feita no dia 25 de novembro.

SÃO LUÍS - Magistrados do Judiciário maranhense poderão participar do curso Gerenciamento de Crise da Esfera da Segurança Pública, promovido pela Escola Superior da Magistratura (Esmam), no dia 28 de novembro (sexta-feira). São 50 vagas disponibilizadas aos juízes, com inscrições abertas até a próxima segunda-feira (24). O treinamento acontecerá no auditório da Escola Judicial, das 8h às 12h e 14h às 18h.

Para fazer a inscrição basta acessar o sistema acadêmico da Esmam "Tutor", disponível no link "Sentinela", no site do Judiciário estadual. A confirmação deverá ser feita no dia 25 de novembro.

O curso será oferecido pelo professor André Luís Gossain, delegado de polícia, chefe de operações especiais, formado em Direito pela Uniara, com pós-graduação em direito e processo penal, gerenciador e negociador de crises, atirador de elite, técnico em explosivos e instrutor de armamento e tiro.

Conteúdo

A capacitação tratará de temas sobre o Histórico, definição e teorias de crise de segurança pública; Definição, classificação de gerenciamento de crises e Conceito e classificação de negociação e gabinetes de crises.

Justiça determina intervenção em Cantanhede por descumprimento de ordem judicial

Em sessão das Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), os desembargadores decidiram pela intervenção do Estado no município de Cantanhede, em razão de descumprimento de ordem judicial, mas sem afastamento do prefeito do cargo. O interventor a ser nomeado pela governadora do Estado terá o objetivo específico de reintegrar uma servidora ao seu cargo, ato descumprido pela administração municipal.

A sessão foi a primeira do desembargador José de Ribamar Castro no cargo. O novo membro do TJMA agradeceu à saudação de boas-vindas feita pelo presidente das Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas, desembargador Jorge Rachid, e elogiou os colegas da Corte. "Eu tenho a impressão que vou aprender muito mais, já que chego aqui como aprendiz", disse Castro.

A relatora da representação contra o município de Cantanhede, desembargadora Angela Salazar, teve o mesmo entendimento do parecer da Procuradoria Geral da Justiça, pela procedência da intervenção, tendo sido acompanhada no voto pelos demais magistrados.

Angela Salazar citou jurisprudências do Superior Tribunal de Justiça e do próprio TJMA, que demonstram o cabimento da intervenção em situações análogas.

A representação formulada pelo Juízo da comarca de Cantanhede se baseou no descumprimento da decisão que concedeu tutela antecipada, em mandado de segurança, determinando a reintegração imediata da servidora ao cargo de auxiliar de biblioteca.

Ao consultar o sistema de acompanhamento processual do Tribunal, a relatora verificou não haver notícia, na sentença, de que a decisão tenha sido cumprida, o que, segundo ela, configurou o nítido desrespeito do representado para com o Poder Judiciário.

A desembargadora determinou ainda que a decisão seja comunicada à governadora do Estado, para que baixe o decreto interventivo correspondente, nos termos do artigo 64, inciso VI, da Constituição Estadual. (Processo nº 425802013)

Filme 'Fonte das Mulheres' será exibido nesta terça no Fórum de São Luís

Nesta terça-feira (25) - quando se comemora o Dia Internacional de Não Violência Contra a Mulher - será exibido, no Fórum Des. Sarney Costa, às 9h, o filme "A Fonte das Mulheres". A sessão acontecerá no Auditório Desa. Madalena Serejo (térreo). A promoção é da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER-TJMA).

A sessão será aberta aos magistrados, servidores e ao público em geral, como parte da programação da campanha dos "16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher" - realizada, em mais de 150 países, de 25 de novembro a 10 de dezembro, para promover o debate e a divulgação do tema. A presidente da coordenadoria, desembargadora Ângela Salazar, fará a abertura do evento.

Após a exibição, haverá um bate-papo sobre o conteúdo do filme, com o juiz titular da Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, da Comarca de São Luís, Nelson Melo de Moraes Rego; e os juízes da coordenadoria, Júlio Prazeres e Socorro Barros.

"Além de palestras educativas sobre a Lei Maria da Penha, realizadas em empresas e canteiros de obras da construção civil, direcionadas ao público masculino, a programação incorpora datas importantes na luta pela não violência contra as mulheres e a defesa dos direitos humanos", explica a desembargadora.

Nos dias 27 e 28, será feita mobilização com panfletagem nos shoppings da capital.

Em 1º de dezembro, Dia Mundial de Combate a AIDS, haverá palestras de conscientização nas escolas com distribuição de folders, preservativos, e outros materiais.

No Dia Internacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres (6 de dezembro), a Coordenadoria pretende chamar a atenção da comunidade com a realização de caminhada na avenida Litorânea, a partir das 16 horas.

A programação será encerrada no dia 10 de dezembro, quando se comemora o Dia Internacional dos Direitos Humanos, com palestra em canteiros de obras e no Sindicato dos Vigilantes.

Audiência pública vai discutir sobre os lixões na Ilha de São Luís

A Vara de Interesses Difusos e Coletivos promove às 9h da manhã desta terça-feira (25), no Fórum Desembargador Sarney Costa, uma audiência pública, com o objetivo de debater sobre a gestão de resíduos sólidos na Ilha de São Luís, os chamados lixões. De acordo com o juiz Douglas de Melo Martins, titular da unidade judicial, estão convidados para a audiência a comunidade em geral e especialistas sobre o tema, com o objetivo de debater sobre as ações judiciais que envolvem o lançamento de resíduos sólidos no meio ambiente.

Na pauta da audiência, diversos processos judiciais envolvendo questões como lançamento inadequado de resíduos sólidos e líquidos por parte da Cervejaria Equatorial, discussão sobre a anulação do Aterro da Ribeira e construção de novo aterro por parte do Município de São Luís, discussão sobre lixo clandestino no bairro do São Cristóvão, discussão acerca de indenização pelos danos ambientais causados em função do 'lixão do Jaracaty', entre outras.

Um dos processos em pauta versa sobre um depósito de lixo nas proximidades da nascente do riacho Jeniparana, no Povoado Quinta, em São José de Ribamar. O Ministério Público alega que a utilização inadequada da área, como um lixeiro, vem causando sérios prejuízos à saúde humana, além de graves comprometimentos da fauna local.

"A questão apresenta relevância do ponto de vista jurídico e social, uma vez que é relacionada com a disposição final dos resíduos sólidos e que este tema está intimamente atrelado aos princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos - em especial aos da visão sistêmica na gestão desses resíduos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública", ressalta Douglas Martins no edital de convocação da audiência pública.

E continua: "Vale destacar que órgãos públicos, associações, autoridades e integrantes da sociedade civil que desejam contribuir com esclarecimentos técnicos, científicos, administrativos, políticos, econômicos e jurídicos sobre o referido tema podem participar".

De acordo com Douglas, outras pessoas e autoridades e entidades que desejarem participar, além das convidadas, poderão se inscrever para manifestações orais de 5 minutos, prorrogáveis. Existe a possibilidade de inscrição para manifestação oral durante a realização da audiência se o magistrado assim entender conveniente no sentido de contribuir para os trabalhos, até porque a preferência é para os inscritos.

Sejap apresenta Presídio São Luís III a membros do Tribunal de Justiça, SMDH e Conselho Penitenciária

A Secretaria de Estado da Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) recebeu nesta sexta-feira (21), no Presídio São Luís III, uma comissão formada por membros do Tribunal de Justiça, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) e Conselho Penitenciário. A visita à unidade prisional, localizada na Vila Maruaí, próximo a Pedrinhas, atendia uma solicitação do juiz da 2ª Vara de Execução Penal e membro do Comitê de Gestão Integrada do Plano de Pacificação das Prisões, Fernando Mendonça.

Durante a visita, a comitiva conheceu as instalações e acompanhou a rotina e os procedimentos de disciplina e segurança que estão sendo aplicados dentro do estabelecimento prisional.

Semana da Conciliação tem início próxima na segunda-feira

Será aberta na próxima segunda(24), 10h da manhã, no 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, a IX Semana Nacional de Conciliação, campanha de mobilização, realizada anualmente, que envolve todos os tribunais brasileiros, os quais selecionam os processos que tenham possibilidade de acordo e intimam as partes envolvidas para solucionarem o conflito. A semana segue até o dia 28 de novembro, sexta-feira.

No juizado, que fica na UEMA, estarão presentes diversas autoridades na solenidade de abertura, entre as quais a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, a presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire, o presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos, desembargador José Luiz Almeida, e o juiz Alexandre Abreu.

SISTEMA CARCERÁRIO INSPEÇÃO VÊ MELHORIAS EM NOVO PRESÍDIO DO MA, MAS CRITICA DIVISÃO

23 de novembro de 2014, 17h03

Órgãos do poder público e entidades da sociedade civil inspecionaram na sexta-feira (21/11) o presídio São Luís 3, no Maranhão. Segundo o juiz titular da 2ª Vara de Execuções Penais, Fernando Mendonça, que coordenou a averiguação, foram constatadas boas condições na estrutura da unidade, mas os detentos provisórios e sentenciados não estão em lugares separados. Além disso, a lógica de organização dos pavilhões segue a divisão entre facções criminosas.

A unidade, com capacidade para 479 presos, foi inaugurada no início de setembro, e é uma das ações do Plano de Pacificação das Prisões, em São Luís, criado para enfrentar a crise no sistema prisional, e deve servir de modelo para as demais. Por isso, além de equipada com raio X e detector de metais, nela são adotados procedimentos particulares em relação à disciplina e convívio entre agentes e detentos.

“Do ponto de vista da estrutura do presídio, do funcionamento e da operacionalização, ele está bem, mas do ponto de vista da aplicação da lei, no que diz respeito à separação dos presos, ele está muito mal”, diz em referência à única divisão que existe, a por facção. Segundo a Lei de Execução Penal, “o mesmo conjunto arquitetônico poderá abrigar estabelecimentos de destinação diversa, desde que devidamente isolados”.

Para o presidente da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, Zema Ribeiro, que também participou da visita, a situação reflete a falta de controle do estado sobre a população carcerária. “Se a gente sucumbir à lógica de que são as facções que mandam, o problema do sistema penitenciário não vai ser resolvido. E este presídio poderia ser utilizado como piloto para superar essa situação”, afirma.

O secretário-geral do Comitê de Gestão Integrada e secretário-adjunto da Secretaria da Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), Thiago Castro, disse que o governo está trabalhando para resolver a situação. Entretanto, ponderou que seria arriscado já reunir os presos sem distinção entre facções. Para resolver a situação, ele adiantou que estão sendo feitos estudos para formular um método de aproximação, paulatinamente.

“Nós queremos avançar contra as facções em ordem escalonada. Um dia educação, um dia atividade desportiva, outro dia uma visita, outro dia a mesma cela”, exemplificou. Ele acrescentou que o enfrentamento às facções depende de ação, em nível nacional, e do envolvimento de todos os órgãos públicos, como Ministério Público e Defensoria.

Provisórios

Sobre a situação dos presos provisórios, Castro disse que a separação depende da criação de novas vagas no sistema penitenciário maranhense. Atualmente, quatro unidades localizadas no interior do estado passam por reforma e ampliação. Desde que o comitê gestor foi criado, duas penitenciárias foram entregues, com 737 vagas ao todo.

Mesmo diante do problema, ele avalia a situação do presídio São Luís 3 como “muito positiva”. Prova disso, segundo ele, é a ausência de denúncias de maus-tratos ou tortura, recorrentes no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Além disso, na nova unidade não há superlotação, o ambiente é limpo e os serviços de enfermagem, assistência social e terapia ocupacional já estão em funcionamento.

Zema Ribeiro confirmou as melhorias estruturais do presídio em relação aos demais. Ele contou que os próprios integrantes da equipe de inspeção passaram por detectores de metais e raio X, e os presos não relataram maus-tratos. Relatou, apesar disso, que houve reclamações acerca da qualidade da alimentação, falta de água para banho em parte do dia, curta duração das visitas íntimas, ausência de ventilação e existência de muriçocas. Thiago Castro minimizou os problemas e disse que uma equipe de nutricionistas da Sejap acompanha a qualidade da alimentação nas unidades prisionais. Segundo Castro, as reclamações não são generalizadas. Com informações da Agência Brasil.

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

TJ-MA PROMOVE SEMANA DE CONCILIAÇÃO ITINERANTE A PARTIR DE SEGUNDA-FEIRA

23 de novembro de 2014, 10h43

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio de seu Núcleo de Conciliação, fará uma semana de conciliação itinerante voltado à população do Distrito Cidade Operária, bairro com mais de 140 mil habitantes da capital Maranhense. O TJ fará a ação entre os dias 24 e 28 de novembro, a partir de 21 postos de atendimento no campus da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Além de empresas de atuação regional, também vão participar as operadoras Oi/Telemar e Tim, a Seguradora Líder, o Banco do Nordeste e o município de São Luís (em casos de dívida de IPTU).

A expectativa é conseguir resolver por meio da conciliação processos nos quais a empresa é ré ou autora de ação judicial. As inscrições foram fechadas na última terça-feira (18/11). Nas sessões de conciliação, poderão ser resolvidas também questões de menor complexidade jurídica, como pedidos de pensão ainda não efetivados, reconhecimento de paternidade, divórcio, disputa por posse de bens.

Também poderão ser resolvidos parcelamentos de contas, débitos de IPTU, dívidas de empréstimo, débitos junto a pequenos e microempresários e outras situações em ações abertas no 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da UEMA ou que não estão tramitando na Justiça.

"Nestes casos, o solicitante da audiência será responsável pela entrega de carta-convite à outra parte envolvida na questão. Nos demais casos, presentes as partes interessadas no registro de acordo, as solicitações de audiências serão devidamente atendidas", explica o juiz Alexandre Abreu, coordenador do Núcleo de Conciliação do TJ-MA.

Durante a 1ª Semana de Conciliação, entre 21 a 25 de julho, no campus da UFMA, foram registrados 1.541 atendimentos à população da área Itaqui-Bacanga.

Serviços

Além das sessões de conciliação, a população terá acesso a orientação jurídica para identificar a forma mais fácil de resolução do conflito. Haverá perícias médicas, agendamento de exame de DNA, atendimentos feitos pelas empresas e instituições parceiras e informações sobre inclusão em programas sociais.

Além disso, quem participar do evento poderá ter orientação jurídica e social com representantes do Ministério Público, Defensoria Pública, pela Secretaria de Assistência Social e escritório-escola da UEMA. Com informações da assessoria de imprensa do TJ-MA.

São Bernardo e Porto Franco terão novos fóruns judiciais

As obras do Fórum de São Bernardo são financiadas com recursos do FERJ|

As comarcas de São Bernardo (entrância inicial) e Porto Franco (entrância intermediária), terão novos fóruns até março de 2015. As obras de implantação são realizadas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) com recursos do Fundo de Modernização e Reparcelhamento do Poder Judiciário (FERJ).

Em São Bernardo - município com mais de 27 mil habitantes, distante 435 km de São Luís - a nova sede da comarca está sendo construída na Rua Dom Pedro II, num espaço de 700,70 m² e área total de 2.275 m². A unidade integra o polo judicial de Chapadinha e tem como termo judiciário o município de Santana do Maranhão.

Já em Porto Franco - situado na Região Sul do Maranhão com cerca de 22 mil habitantes, a 732 km da capital - o novo fórum terá 952,60 m². A unidade, que é uma das maiores do polo judicial de Imperatriz, tem cerca de quatro mil processos em tramitação, nas duas varas e juizado especial.

A comarca atende também os termos judiciários de Campestre do Maranhão, Lajeado Novo e São João do Paraíso. Além da estrutura padrão contará com amplo estacionamento para servidores e salão do júri.

De acordo com o projeto, ambas as unidades serão dotadas de espaço para funcionamento das varas, salas para distribuição, OAB, CPD, oficiais de justiça, depósito, copa, almoxarifado, banheiros feminino, masculino e para portadores de necessidade especiais.

OBRAS CONCLUÍDAS - Entre as obras já concluídas pelo Judiciário está o fórum de Magalhães de Almeida, entregue à população em agosto deste ano. Com área total de 3.464 m², sendo 496,05 m² destinados à edificação, a unidade funciona na Avenida Getúlio Vargas, estruturada, mobiliada e equipada com rede lógica e de telefonia, subestação de energia e climatização.

Em Buriticupu, o novo prédio da Justiça estadual foi concluído em abril, beneficiando cerca de 100 mil pessoas, melhorando significativamente a prestação jurisdicional na comarca, que é polo judicial de Imperatriz", ressalta o diretor de Engenharia do TJMA, Arnor Machado Filho.

Com área construída de 882 m², o prédio tem espaço para o funcionamento de dois gabinetes, um salão do júri com capacidade para 110 pessoas, sala de audiência, recepção/atendimento, arquivos, entre outros compartimentos. É o primeiro Fórum inaugurado na atual gestão, com terreno cedido pelo Incra.

SÃO BERNARDO E PORTO FRANCO TERÃO NOVOS FÓRUNS JUDICIAIS

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 2 dias atrás

0

As obras do Fórum de São Bernardo são financiadas com recursos do FERJ

As comarcas de São Bernardo (entrância inicial) e Porto Franco (entrância intermediária), terão novos fóruns até março de 2015. As obras de implantação são realizadas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) com recursos do Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Poder Judiciário (FERJ).

Em São Bernardo município com mais de 27 mil habitantes, distante 435 km de São Luís a nova sede da comarca está sendo construída na Rua Dom Pedro II, num espaço de 700,70 m² e área total de 2.275 m². A unidade integra o polo judicial de Chapadinha e tem como termo judiciário o município de Santana do Maranhão.

Já em Porto Franco situado na Região Sul do Maranhão com cerca de 22 mil habitantes, a 732 km da capital o novo fórum terá 952,60 m². A unidade, que é uma das maiores do polo judicial de Imperatriz, tem cerca de quatro mil processos em tramitação, nas duas varas e juizado especial.

A comarca atende também os termos judiciários de Campestre do Maranhão, Lajeado Novo e São João do Paraíso. Além da estrutura padrão contará com amplo estacionamento para servidores e salão do júri.

De acordo com o projeto, ambas as unidades serão dotadas de espaço para funcionamento das varas, salas para distribuição, OAB, CPD, oficiais de justiça, depósito, copa, almoxarifado, banheiros feminino, masculino e para portadores de necessidade especiais.

OBRAS CONCLUÍDAS - Entre as obras já concluídas pelo Judiciário está o fórum de Magalhães de Almeida, entregue à população em agosto deste ano. Com área total de 3.464 m², sendo 496,05 m² destinados à edificação, a unidade funciona na Avenida Getúlio Vargas, estruturada, mobiliada e equipada com rede lógica e de telefonia, subestação de energia e climatização.

Em Buriticupu, o novo prédio da Justiça estadual foi concluído em abril, beneficiando cerca de 100 mil pessoas, melhorando significativamente a prestação jurisdicional na comarca, que é polo judicial de Imperatriz, ressalta o diretor de Engenharia do TJMA, Arnor Machado Filho.

Com área construída de 882 m², o prédio tem espaço para o funcionamento de dois gabinetes, um salão do júri com capacidade para 110 pessoas, sala de audiência, recepção/atendimento, arquivos, entre outros compartimentos. É o primeiro Fórum inaugurado na atual gestão, com terreno cedido pelo Incra.

Irma Helenn

Assessoria de Comunicação do TJMA

(asscom@tjma.jus.br)

(98) 3198 4370

SEMANA DA CONCILIAÇÃO TEM INÍCIO NA PRÓXIMA SEGUNDA-FEIRA

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 2 dias atrás

Será aberta na próxima segunda-feira (24), 10h da manhã, no 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, a IX Semana Nacional de Conciliação, campanha de mobilização, realizada anualmente, que envolve todos os tribunais brasileiros, os quais selecionam os processos que tenham possibilidade de acordo e intimam as partes envolvidas para solucionarem o conflito. A semana segue até o dia 28 de novembro, sexta-feira. No juizado, que fica na UEMA, estarão presentes diversas autoridades na solenidade de abertura, entre as quais a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, a presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire, o presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos do TJMA, desembargador José Luiz Almeida, e o juiz Alexandre Abreu, coordenador do Núcleo de Métodos Consensuais e Solução de Conflitos.

Para o período, estão agendadas no Maranhão 11.870 (onze mil, oitocentos e setenta) audiências, lembrando que algumas unidades ainda não informaram o quantitativo de audiências agendadas. No ano passado, no Maranhão, foram agendadas 15.315 audiências. Destas, 15.257 ocorreram, sendo um dos índices mais altos do país.

Entre as unidades que mais agendaram audiências para a Semana Nacional de Conciliação, destaque para a Vara única de Anajatuba, com 504 audiências. Em Turiaçu serão 435, na 1ª Vara de Buriticupu serão 416, em São Mateus estão marcadas 407. Na capital, o 3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo terá 214 audiências, e o 4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo terá 118. Para o juiz Alexandre Abreu, a justiça maranhense já vem priorizando a conciliação há algum tempo.

Fórum - Estão agendadas para o Fórum Des. Sarney Costa (Calhau) 882 audiências da IX Semana Nacional de Conciliação. O mutirão do Projeto Reconhecer é Amar!, com 14 audiências de reconhecimento de paternidade, também integrará a programação do evento, uma campanha de mobilização, realizada anualmente em tribunais brasileiros, os quais selecionam os processos que tenham possibilidade de acordo e intimam as partes envolvidas para solucionarem o conflito.

No Fórum de São Luís, informaram o número de audiências agendadas para a Semana da Conciliação a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 6ª e 7ª Varas da Família, no total de 470 audiências; 12ª Vara Cível (20); 1º Juizado Criminal (121); o 3º e 8º Juizados Cíveis, com 214 e 57, respectivamente. A 4ª Vara da Família fará também o mutirão de reconhecimento de paternidade, que ocorre sempre na última sexta-feira do mês em uma das sete varas da Família de São Luís.

Para o primeiro dia de atividades da Semana da Conciliação no Fórum da capital estão agendadas 198 audiências. O Centro de Conciliação que funciona no fórum fará suas audiências no 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo (UEMA).

É um evento de caráter nacional, envolvendo uma ferramenta fundamental para o bom funcionamento do judiciário, que é a conciliação. Percebe-se o engajamento das unidades de todo o Estado, mesmo sendo o incentivo à conciliação uma constante nas varas e juizados do Maranhão, ressaltou a corregedora Nelma Sarney. A semana da conciliação tem o objetivo, além de incentivar sempre a conciliação como alternativa viável e interessante para a solução de conflitos, de reduzir o grande estoque de processos na justiça. e nossos juizados estão sobrecarregados de processos, mas têm realizado um belo trabalho, resalta Márcia Chaves, juíza coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais.

Conciliar foi, é, e será sempre o melhor caminho. Evita perda de tempo, evita aborrecimentos e desgastes, e desafoga o trabalho das unidades judiciais. Há tempos que a Justiça maranhense atentou-se para isso, e com a recente implantação dos centros de conciliação, temos a intenção fazer com que a utilização do diálogo e do entendimento seja uma constante na solução de questões judiciais, resalta o magistrado.

Sobre a Semana Durante a Semana Nacional da Conciliação, os tribunais de todo o Brasil selecionam os processos que tenham possibilidade de acordo e intimam as partes envolvidas no conflito. Caso o cidadão ou

instituição tenha interesse em incluir o processo na Semana, deve procurar, com antecedência, o tribunal em que o caso tramita. Quando uma empresa ou órgão público está envolvido em muitos processos, normalmente, o tribunal faz uma audiência prévia pára sensibilizar a empresa/órgão a trazer ao mutirão boas propostas de acordo.

As conciliações pretendidas durante a Semana são chamadas de processuais, ou seja, quando o caso já está na Justiça. No entanto, há outra forma de conciliação: a pré-processual ou informal, que ocorre antes do processo ser instaurado e o próprio interessado busca a solução do conflito com o auxílio de conciliadores e/ou juízes. A Semana Nacional da Conciliação é um marco anual das ações do Conselho Nacional de Justiça e dos tribunais para fortalecer a cultura do diálogo. Mais de 60 mil processos devem ser resolvidos durante IX Semana Nacional de Conciliação, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Michael Mesquita // Valquíria Santana

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão asscom_cgj@tjma.jus.br www.facebook.com/cgjma

(98) 3198-4636/ 3198-4624

Justiça determina intervenção em CantanhedeFoto: Ribamar Pinheiro

Em sessão das Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), os desembargadores decidiram pela intervenção do Estado no município de Cantanhede, em razão de descumprimento de ordem judicial, mas sem afastamento do prefeito do cargo. O interventor a ser nomeado pela governadora do Estado terá o objetivo específico de reintegrar uma servidora ao seu cargo, ato descumprido pela administração municipal.

A sessão foi a primeira do desembargador José de Ribamar Castro no cargo. O novo membro do TJMA agradeceu à saudação de boas-vindas feita pelo presidente das Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas, desembargador Jorge Rachid, e elogiou os colegas da Corte. “Eu tenho a impressão que vou aprender muito mais, já que chego aqui como aprendiz”, disse Castro.

A relatora da representação contra o município de Cantanhede, desembargadora Angela Salazar, teve o mesmo entendimento do parecer da Procuradoria Geral da Justiça, pela procedência da intervenção, tendo sido acompanhada no voto pelos demais magistrados.

Angela Salazar citou jurisprudências do Superior Tribunal de Justiça e do próprio TJMA, que demonstram o cabimento da intervenção em situações análogas.

A representação formulada pelo Juízo da comarca de Cantanhede se baseou no descumprimento da decisão que concedeu tutela antecipada, em mandado de segurança, determinando a reintegração imediata da servidora ao cargo de auxiliar de biblioteca.

Ao consultar o sistema de acompanhamento processual do Tribunal, a relatora verificou não haver notícia, na sentença, de que a decisão tenha sido cumprida, o que, segundo ela, configurou o nítido desrespeito do representado para com o Poder Judiciário.

A desembargadora determinou ainda que a decisão seja comunicada à governadora do Estado, para que baixe o decreto interventivo correspondente, nos termos do artigo 64, inciso VI, da Constituição Estadual.